

I CONGRESO LATINOAMERICANO DE TEORÍA SOCIAL

¿Por qué la teoría social?

Las posibilidades críticas de los abordajes clásicos, contemporáneos y emergentes

19 al 21 de agosto de 2015

Buenos Aires, Argentina

Mesa 28 – Divisão Sexual do Trabalho (produção e reprodução) e Relações de Gênero: mudanças, permanências e significados

Ser mulher trabalhadora rural, ser mulher camponesa: uma análise das relações sociais de sexo, dominações e formas de resistência

Caroline Araújo Bordalo¹

Introdução

Este trabalho é parte da minha pesquisa de doutorado sobre os movimentos de mulheres rurais no Brasil. De camponesas ou de trabalhadoras rurais, ambos apontam a necessidade de se extrapolar a perspectiva teórica centrada no conceito de gênero e a necessidade de se complexificar relações que implicam na consideração de aspectos sistêmicos e estruturais no que se refere às relações de trabalho no meio rural brasileiro, à divisão sexual do trabalho e ao processo de resistência que se converteu na emergência de diversos movimentos durante a década de 1980.

Nesse desiderato, lançamos mão dos conceitos de consubstancialidade e coextensividade tal como tem apontado Danièle Kergoat na análise das trajetórias das mulheres que compõem estas organizações e como esse processo se expressa no cotidiano, na identificação de hierarquias e múltiplas formas de dominação, na construção de pautas e encaminhamento de lutas. Assim, desenvolvemos um olhar comparativo entre os diversos movimentos. Tal estratégia tem nos permitido o esquadramento das experiências dessas mulheres que, evidentemente, não se restringem ao *ser mulher*, mas a uma rede complexa de relações que não são mero cenário para a desigualdade de gênero.

Quando eclodem mobilizações de trabalhadores rurais e camponeses ainda na década de 1970 e que se desdobram com enorme vigor na década seguinte, a produção de estudos sobre as organizações, sindicatos e movimentos sociais acompanharam tal ebulição. Contudo, os apontamentos feitos por Bourdieu (1999) acerca da naturalização dos processos sociais e

¹ Mestre em Ciências Sociais e doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RJ). Correio eletrônico: carolinebordalo@gmail.com.

daquilo que se apresenta como problema social em determinado momento do tempo são fundamentais:

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos. (BOURDIEU, 1999: p. 417)

Teoricamente e metodologicamente, é fundamental compreender esta relação e, sobretudo, no que diz respeito às análises sobre os movimentos de mulheres rurais que desenvolveram e que privilegiaram o conceito de “gênero”. Esta centralidade da observância das relações de dominação de gênero não esteve acompanhada de uma análise das relações de trabalho e de representação política no meio rural brasileiro. Sua “positividade” tratada como algo dado, obscureceu o entendimento do que é ser mulher trabalhadora ou camponesa. Nesses termos, consideramos que ampliar o nosso olhar é mais que desejável, é imprescindível para explicar o fenômeno da emergência de tantos movimentos de mulheres rurais durante a década de 1980 e que permanecem ativos até os dias de hoje. Ou seja, nos coloca que a forma de organização e de construção da legitimidade de representação precisa compor esse quadro analítico na medida em que estes movimentos possuem como dimensão fundamental o fato de se constituírem como um canal de diálogo legítimo com o Estado.

Sendo assim, a pesquisa compreende a trajetória das mulheres rurais e dos movimentos aos quais pertencem como parte de processos sociais concretos e diversos, aos quais não cabe supor conexões de causa e efeito no tocante aos conflitos de gênero e às formas socialmente legitimadas de representação política num dado momento. Parte-se aqui, portanto, da diferenciação entre o que, grosso modo, poderíamos chamar de “a condição social da mulher no campo”, ou seja, de certas características tais como o não acesso ou a dificuldade de acesso à terra ou ainda a divisão sexual do trabalho², dos processos de mobilização e organização articulados às transformações políticas mais amplas. Contudo, tal diferenciação caminha no sentido de nos informar como estes aspectos se entrelaçam no processo organizativo, construção de pautas e estratégias de luta de cada movimento.

Uma questão importante para nossa pesquisa é o distanciamento da perspectiva que considera esse momento da década de 1980 como uma espécie de “marco zero”. Ao contrário,

² Ainda que estes aspectos componham nossa análise.

reivindicamos aqui um olhar processual, segundo o qual a *socialização política* das mulheres se torna lócus privilegiado para o entendimento dos significados que conferem ao engajamento político. De forma ampla, esta socialização política não reflete apenas uma tomada de consciência dos atores de sua condição subordinada, e sim todo um tecido social complexo e diversificado, composto por características de caráter micro e também macrosociais.

A questão do trabalho

Autoras como Brumer (2004) e Paulilo (1987) tem demonstrado como se constroem as classificações e a hierarquia nas relações de trabalho no campo brasileiro onde a distinção entre trabalho “leve” e trabalho “pesado” incide diretamente na conformação da desigualdade social, política e econômica. O trabalho “leve” relacionado às atividades desempenhadas por mulheres e crianças e o “pesado”, pelos homens. Em pesquisa realizada nas cinco regiões no Brasil, aponta a autora que, a distinção entre o trabalho considerado “pesado” e produtivo e o trabalho “leve” realizado pelas mulheres, meramente reprodutivo, não se deve a qualidade do esforço despendido por quem o executa, mas sim pelo sexo.

Tal distinção sexual e social é deflagradora da invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres rurais, tornando-se um duro obstáculo a ser quebrado na luta pelo seu reconhecimento como “trabalhadora”. Ou seja, tanto o caráter irregular e sazonal da sua inserção bem como esta distinção hierarquizada das práticas laborais no meio rural conformam parte significativa da experiência das mulheres trabalhadoras. Ambas ressaltam que esta distinção varia de acordo com o sexo do trabalhador e com as condições de exploração da terra em cada região do país, mas é invariável a convicção de que o trabalho feminino (percebido muitas vezes como *ajuda*) é de menor importância e, portanto, não deve ser remunerado da mesma forma.

Nesses termos, consideramos que a divisão sexual do trabalho é um elemento importante para nossa análise. Porém, tal importância se dá não apenas no esquadramento das relações de trabalho na região estudada mas, sobretudo, a partir da análise da forma como esse elemento se apresenta nos processos de organização e de construção da legitimidade das pautas apresentadas pelas mulheres rurais. Tal distinção traduz a adoção de uma perspectiva teórica que busca se afastar da identificação direta entre demanda e constituição de movimentos sociais. A ideia de latência que muitas vezes permeia a literatura sobre os movimentos de mulheres de forma geral obscurece as relações, conflitos e projetos

compartilhados no campo político onde estes se inserem. Os conflitos entre movimentos de mulheres e organizações mistas são trazidos somente para justificar a autonomia destes e, em seguida, estabelece-se uma relação imediata com uma opressão e dominação masculina em termos históricos, porém genéricos.

No caso dos movimentos de mulheres rurais, de norte a sul do Brasil a demanda por reconhecimento como *trabalhadora rural* e, por conseguinte, por acesso a direitos antes exclusivos das trabalhadoras urbanas, se torna um fator que impulsiona a organização de mulheres. Em cada estado ou região este processo terá contornos específicos. Contudo, a emergência de tantos movimentos nos aponta para a conjuntura nacional, onde a saída do regime militar cria certa expectativa de que o Estado se torne mais poroso às demandas populares e aqueles processos organizativos e espaços tradicionais da política ressurgem neste período compondo este cenário de ebulição política seja reforçando a sua importância seja buscando reformular suas ações em busca de legitimidade junto às bases sociais.

Internacionalmente, temos os impactos da crise econômica que se inicia nos fins da década de 1970 e chega para a maior parte da população na forma de inflação e arrocho salarial. Não será nosso foco nesse trabalho, mas vale apontar que todas essas lutas populares não contam mais com a referência das grandes potências socialistas que, neste momento, se encontram em franca decadência. E, na proporção inversa, vimos a ascensão do neoliberalismo. Esses aspectos pontuais nos ajudam a compreender em que terreno se desdobram tais iniciativas dado que não há um conjuntura internacional que as impulsiona mas sim um contexto nacional que, repleto de possibilidades e também de muitos limites, forjará as condições para a sua emergência.

Nesse sentido, e se tomarmos em conta a coincidência entre o surgimento e consolidação destes movimentos com a predominância do modelo neoliberal de desenvolvimento, é possível apontarmos para alguns impactos que as políticas de ajustes estruturais gerou. Em primeiro lugar, temos uma transferência dos custos de reprodução do trabalho do Estado para as famílias e, dentro das famílias, do homem para a mulher. Carmem Diana Deere (2002), vê como uma das consequências desse período de crise econômica um dos vetores responsáveis pela expansão dos movimentos de mulheres na medida em que superam a sua base social original de classe média e passa a alcançar movimentos populares³.

³ De acordo com Deere (2002), o desenvolvimento de movimentos nacionais de mulheres foi largamente estimulado por ONGs que, por sua vez, estavam ligadas à redução do Estado e a mudança para melhorar o status da sociedade civil na década de 1980.

Outro dado relevante se refere ao expressivo aumento da participação feminina no mercado de trabalho agrícola. De acordo com Carneiro (1994) entre 1970 e 1982 houve um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a masculina sofreu um crescimento negativo de 5,4%. A autora destaca ainda a invisibilidade da participação da mulher na produção familiar, o que a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno. Carneiro (1994) coloca que este cenário é fruto das transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização (mecanização e intensificação da exploração) que, ao expulsar a família de moradores das terras das fazendas, cria as condições para a incorporação da mão-de-obra feminina e da infantil. Não apenas amplia-se o mercado de trabalho volante, onde a mulher tem um lugar de destaque, como também é cada vez mais necessário o assalariamento de maior número de membros da família de trabalhadores rurais para garantir o nível de reprodução física e social. Soma-se a essa nova realidade a permanência de padrões de divisão sexual do trabalho que desconsidera o trabalho doméstico e que representa, portando, na estruturação de várias jornadas de trabalho.

É nesse contexto que surgem o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1983⁴, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/ FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu em 1989 (AMQCM e atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu- MIQCB), e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR/CONTAG) em 1995.

Este período é marcado por algumas características: o movimento sindical emergia como interlocutor, junto com partidos políticos e grandes instituições, tais como a Igreja Católica, os movimentos populares e ONGs, na elaboração da Constituição. Ao mesmo tempo

⁴ A alteração da nomenclatura de MMA-SC para MMC se deu em 2004. Por não se tratar de uma simples modificação e ser fruto de uma posição política assumida pelo movimento, mais à frente este ponto será desenvolvido.

em que o contexto político à época da redemocratização contribuiu para legitimação e institucionalização da participação política das mulheres, esses fatores legitimariam a formação de um espaço independente das organizações mistas capaz de formar e “capacitar” a intervenção política das mulheres bem como criar possibilidades concretas de se romper com a desigualdade no interior dessas organizações ampliando sua representatividade.

De acordo com Navarro (1996), a discussão que teria se instalado naqueles anos era se as mulheres concordavam ou não com a natureza das propostas de luta e da viabilidade de serem tais objetivos alcançados em organizações, como o MST e os sindicatos, uma vez que estes eram amplamente dominados por homens e que, geralmente, compreendiam suas reivindicações necessariamente conformadas pelas reivindicações maiores dos trabalhadores em geral. Segundo o autor, “uma velha questão, portanto, que logo se instalou internamente a estas organizações, estimulando o debate sobre as especificidades das lutas das mulheres, sua prioridade em relação às outras lutas e a necessidade (ou não) de um movimento autônomo”. (NAVARRO, 1996, p. 100) Sobre este aspecto, é interessante observar a associação entre as pautas apontadas pelas mulheres com a noção de especificidade, isto é, dizem respeito a uma relação de dominação que é uma *parte* (o conflito de gênero), dado que a *classe* traduz uma relação de totalidade ou uma contradição social fundamental. Este ponto será retomado mais a frente, mas por ora cabe colocar que este é um elemento exemplar para pensarmos a necessidade de se problematizar tais conceitos e não substancializá-los.

Nesses termos, e embora cada movimento organizado possua características próprias em relação às condições sócio-históricas que tornou possível seu surgimento, podemos identificar, a partir da análise da forma como estes movimentos se inserem na dinâmica política das organizações já existentes (como os sindicatos e os movimentos), a relevância de pensá-los a partir da articulação de uma situação local e seu processo sócio-histórico com os movimentos mais gerais da luta pela representação política dos trabalhadores rurais, uma vez que estamos tratando de uma forma muito específica de “política” e de ação política que, naquele momento, se delineia. Ao contrário, a despeito da multiplicidade das experiências, o que se observa é a articulação com o impulso organizativo mais amplo e que compreendia a renovação da prática sindical, a presença de setores progressistas da Igreja Católica e a emergência de movimentos de luta pela terra. Ou seja, esse “entorno” não pode ser compreendido apenas como cenário geral de onde emerge uma luta específica. Tomá-los dessa forma seria trazer para o campo teórico e analítico uma divisão forjada pelos próprios movimentos no âmbito da luta política. Nesse sentido, as mulheres rurais compartilharam uma experiência semelhante aos homens na medida em que precisaram lutar muito para legitimar

suas bandeiras no campo das disputas políticas, enfrentando preconceitos como, por exemplo, aquele que percebe na mulher algo completamente alheio à atividade política, portadora de certa imaturidade inerente à sua condição feminina. Associar-se ao sindicato ou engajar-se em movimentos sociais representava em si uma novidade significativa na medida em que rompia, em certa medida, com a invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres reforçando sua identidade como “trabalhadora rural”.

Neste ponto, chamamos a atenção para a necessidade de compreendermos tais movimentos em sua complexidade no que concerne não apenas às suas demandas mais evidentes em torno da questão de gênero, mas, também no tocante à sua representação política enquanto trabalhadoras. Nesse sentido, aliado à observância da construção das suas pautas, nos interessa investigar as conexões que tornaram possível seu surgimento e a sua consolidação ao longo desses anos. Pois, se neste primeiro momento os movimentos investiram esforços em dois objetivos centrais – a construção dos movimentos enquanto espaço legítimo de organização e o direito de sindicalização – a partir de então, os movimentos de mulheres tomarão caminhos distintos. Se, como apontam Deere e León (2002), a organização das trabalhadoras rurais no Brasil se inicia dentro do movimento sindical exigindo os benefícios associados à condição de membro, o surgimento de movimentos independentes representou uma nova face da mobilização das mulheres no meio rural.

Os movimentos de mulheres rurais: aproximações e distanciamentos

Não raro, percebemos que nesses estudos os pressupostos da ação das mulheres conferem preponderância à sua condição subordinada política, econômica e socialmente. A sua condição social surge como explicação bem como a sua organização em movimentos autônomos numa conjuntura favorável. Desse modo, o itinerário que aqui consideramos como aspecto sociológico fundamental para perceber como esse processo se constrói é geralmente secundarizado em prol de uma perspectiva mais normativa e ampla sobre as mudanças que atingiram as mulheres rurais. Porém, mais do que compreender “o que mudou”, creio que compreender “por onde passa a mudança” possa nos levar a um caminho mais profícuo e nos apontar as reais semelhanças e diferenças entre essas experiências e melhor caracterizar os processos sociais em que se desenrolam. Ao observarmos de forma mais detida o processo de consolidação destes movimentos, percebemos que ao mesmo tempo em que é relevante considerar os aspectos em comum e que tornavam possível a construção compartilhada de

bandeiras de lutas específicas das mulheres rurais, é a partir de suas principais distinções que podemos encontrar uma chave de explicação sociológica acerca dos posicionamentos tomados nas duas últimas décadas. Se as primeiras iniciativas de organização estadual dessas mulheres nos permitiam tratar de forma mais genérica estes movimentos - os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) - o decorrer da década de 1980 e os anos seguintes trariam à tona diferenciações mais profundas entre estes, alertando para a necessidade de se abdicar de uma abordagem mais abstrata dessa experiência que surgiu concomitantemente em quase todos os estados do país.

Esse processo tem sido apontado de uma forma um tanto linear onde o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no início dessa década teriam levado à formação de articulações regionais – o AIMTR-Sul em 1985 (Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul) e o MMTR-NE (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste) em 1986 - e posteriormente, em 1995, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Como desdobramento das *etapas* anteriores, a formação em 2004 do Movimento de Mulheres Camponesas é percebida como um processo de amadurecimento político das trabalhadoras e a mudança da nomenclatura uma estratégia importante na medida em que *camponesa* nesse contexto engloba uma gama diversificada de situações.

No entanto, este processo é marcado por profundas divergências entre as mulheres do sul e as mulheres do nordeste, presentes desde os primeiros encontros. Nos Anais do 1º Encontro da ANMTR em 1997 é possível apontar que, neste processo de organização das mulheres rurais, os conflitos entre as formas de encaminharem as suas demandas se colocaram de forma visível. Ainda que o objetivo do encontro tenha sido o de constituir um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas, as avaliações dos movimentos presentes apontam para uma clara divisão.

Destarte, é importante frisar que todo o texto que compõe o documento se alinha às orientações apresentadas pelos movimentos da região sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT. Apesar de apresentarem suas críticas no que se refere aos conflitos de gênero, ambos são colocados como os interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e gênero.

A criação da ANMTR não representou a dissolução do MMTR-NE ou ainda a sua vinculação enquanto parte integrante da proposta de articulação nacional que açambarcaria diversos movimentos de mulheres autônomos. Ao contrário, embora tenha surgido a

ANMTR, esta representou de fato a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul. Os demais movimentos adotaram neste momento a posição de estabelecer as lutas que são unificadoras, tais como desenvolver ações para garantir os direitos conquistados: Previdência, Saúde; desenvolver ações para que sejam garantidos às trabalhadoras rurais os benefícios já conquistados em lei; realizar ações no dia 8 de março e intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Neste sentido, o que trazemos neste trabalho é a necessidade de se observar que a condição social da mulher rural dentro de um contexto de profunda hierarquia das relações de trabalho necessita de uma articulação com a análise com processos de organização que antecedem a década de 1980, apesar do marco que esse período representa para a história recente do país. Podemos, grosso modo, perceber que estes movimentos se orientam por concepções distintas de política que dizem respeito a aspectos conjunturais da disputa pela representação política dos trabalhadores rurais, mas que também nos remete ao processo histórico de organização destes trabalhadores. Desse modo, podemos afirmar que o fato de se constituir como um movimento autônomo, não fez com que fosse possível uma articulação entre o MMTR-Ne com a AIMTR-Sul, tampouco com o MMC. Não é o fato de considerar importante ter um espaço composto somente por mulheres para se tratar das “questões específicas das mulheres rurais” que torna possível a articulação entre os diferentes movimentos.

Ao resgatarmos essa distinção entre o MMTR-NE e o MMC, queremos apontar que as relações políticas bem como as concepções que ambos possuem de se fazer política são relevantes para compreender o processo em que estes movimentos estão imersos. Uma vez que essa articulação nacional entre os movimentos de mulheres rurais não ocorreu com a formação da ANMTR e, posteriormente do MMC e, ao contrário, acabaram por reforçar distinções presentes desde os primeiros momentos quando da formação dos movimentos estaduais, é necessário lançar luz não apenas nas *questões específicas* relativas às mulheres, mas como tais questões são apropriadas e incorporadas às disputas políticas. O fato de ambos os movimentos lutarem por um processo de democratização e de promoção da igualdade nas relações entre homens e mulheres não se traduziu em possibilidade de se articular politicamente, unificando esforços nesse sentido. Sem aprofundar a análise sobre este aspecto, Paulilo (2004) expõe essa diferenciação entre os movimentos da região sul e os movimentos da região nordeste, os quais seriam atrelados à estrutura do sindicalismo rural. Na perspectiva da autora, esse seria um aspecto emblemático da subordinação e da pouca autonomia construída por estes movimentos.

De acordo com o que foi citado, o que se depreende é que tais movimentos de mulheres ainda se encontram atrelados ao espectro das grandes disputas entre os movimentos sociais e o movimento sindical como que, de forma irrefletida (ou por falta de clareza em relação à sua luta enquanto mulher e trabalhadora), transpusesse para as lutas das mulheres as articulações políticas já realizadas por ambos. Neste sentido, caberia ao pesquisador analisar o “maior” ou “menor” grau de *autonomia* para, então, apontar quais movimentos representariam de fato uma mudança significativa nas relações de gênero na medida em que outros seriam tomados, por oposição, como portadores de uma ação política equívoca porque dependente. Sob esta ótica, os movimentos de mulheres rurais organizados na região nordeste seriam classificados de acordo com a última definição⁵.

Tal perspectiva normativa, ao hierarquizar estes movimentos acaba por obscurecer o fenômeno e o processo social que, inclusive, nos permite estabelecer a comparação entre eles e melhor diagnosticar em qual dinâmica social se inscrevem. Sobre estas distinções, Paulilo (2004) argumenta que se fundamentam no diferente peso que os movimentos dão às questões de classe ou gênero, ou seja, para a autora o que distancia um movimento de outro é a sua compreensão acerca destes aspectos:

O medo de dividir a luta, derivado da ideia de que existe uma única luta que vale a pena e de que ela tem dono, leva a desencontros entre os diferentes movimentos de mulheres dependendo da ênfase que dão a questões de classe ou gênero. Esses desencontros, porém, são minimizados através de um conceito amplo de “igualdade de gênero” em que cabem muitas desigualdades. O diálogo, então, torna-se mais difícil porque na prática, a aparente homogeneidade dos chamões se desfaz, e o que era diferença aparece como dissidência, dando lugar a recriminações e ressentimentos. (PAULILO, 2004: p. 17)

O que buscamos apontar pode ser sintetizado nestes pontos: *i*) a dicotomia novos/velhos movimentos nos limita a compreensão das relações entre movimentos sociais mistos, movimentos de mulheres rurais, o movimento sindical rural e demais organizações atuantes neste contexto; *ii*) para além dos discursos dos movimentos de mulheres rurais, as relações estabelecidas entre espaços de participação e representação distintos tanto quando do seu surgimento quanto de sua consolidação, conformaram concepções de política diferenciadas (que aqui não será tomada simplesmente como uma questão de expressão

⁵ Em minha pesquisa de mestrado, procuramos demonstrar o equívoco de se destinar novamente ao nordeste – e suas mulheres – o lugar do atraso e apontamos a necessidade de se construir novos olhares sobre estas experiências sem pressupor parâmetros ou graus de modernidade política. (BORDALO, 2011)

máxima da racionalidade dos indivíduos mas como uma dimensão complexa que envolve posicionamentos e experiências históricas de grupos e indivíduos); *iii*) se a relação estabelecida entre movimentos autônomos e movimentos mistos envolvem uma tentativa de controle por parte dos últimos, numa tentativa de tutela tal como observam Paulilo (2004) e Carneiro (2004), devemos também observar em que medida esta noção de tutela não é influenciada por uma expectativa externa à experiência destes movimentos.

Acreditamos também que, após mais de três décadas de organização, reduzir esta relação a uma subordinação dos movimentos de mulheres nos impede de perceber seus questionamentos, as tensões inerentes a essa relações e que podem configurar mudanças significativas em determinados contextos, o processo de socialização política e de adesão a formas específicas de se inserir nas disputas pela representação política das trabalhadoras rurais. Ao contrário, consideramos que a articulação política com outros movimentos, entidades e organizações dos movimentos de mulheres nada tem de irrefletido e que, de forma alguma, devem ser analisados como se respondessem às demandas dos *movimentos mistos*. Como se existisse uma espécie de tutela por parte destes em relação aos movimentos de mulheres e que, ao fim e ao cabo, respondessem às suas demandas no âmbito da disputa política mais ampla.

A permanência de tensões e conflitos não pode, a nosso ver, ser subsumida a ideia de tutela. Como exposto anteriormente, a relação entre os movimentos de mulheres e as organizações mistas são complexas, permeada por conflitos, mas também por aproximações, concordâncias e esse será um aspecto explorado em nossa pesquisa. Como foi apontado anteriormente, a formação do Movimento de Mulheres Camponesas em 2004 foi reivindicado como a consolidação e o amadurecimento do processo de organização das mulheres rurais nas diversas regiões do Brasil, capaz de aglutinar categorias distintas por meio da identificação com a categoria “camponesa”.⁶

Gênero, classe social e a opção pelos conceitos de consubstancialidade e *coextensividade*

É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refer às

⁶ Tal reivindicação é compartilhada tanto pelo próprio movimento quanto por autores como Paulilo (2004).

mulheres, essa vontade foi por muito tempo inexistente.
(Michelle Perrot, 1998)

Se existe um consenso fartamente exaltado de que há de romper com qualquer possibilidade de naturalização, biologização e essencialismos de toda sorte, existe o dissenso sobre as formas de fazê-lo. A literatura que se debruça sobre as relações sociais de sexo são unânimes em diagnosticar como barreira a relação complexa entre a produção de conhecimento, os movimentos reivindicativos e como a relação entre um e outro se desenrolou em cada período. Nesse quesito, as particularidades dizem respeito ao campo científico de cada país (envolvendo indubitavelmente uma questão relacionada à história de formação deste e a sua relação com a construção nacional), a forma como estas relações compõem as estruturas sociais em cada realidade, às influências teóricas que se tornam hegemônicas e tendem a ser “importadas” e às respostas que cada contexto encontrará para este conjunto de problemas.

Assim, observa-se uma diversidade que se expressa tanto em perspectivas teóricas quanto nas formas de organização, seus objetivos, estratégias de ação. Por ora não esmiuçaremos estas diferenciações, pois fogem ao objetivo desta pesquisa. Contudo, nos interessa perceber algumas questões que autoras como Nancy Fraser (2009) tem apontado sobre os limites de não se observar de forma mais detida o que certas diferenças podem nos apontar. Por meio de um resgate e análise das principais fases e vertentes do feminismo, Nancy Fraser (2009) sintetiza apontando para o fato de que os movimentos feministas têm privilegiado questões relacionadas aos direitos reprodutivos ou o fim da violência contra a mulher em detrimento de políticas de redistribuição. No que se refere à América Latina como um todo, Fraser diz que há uma ênfase em questões de reconhecimento e identidade onde o “imaginário político de justiça” se sustenta no domínio da cultura, afastado de questões de classe, economia política e redistribuição. Esse aspecto ressaltado pela autora nos indica a diversidade no seio do movimento feminista e também, que há interpretações hegemônicas. Logo, falar em feminismos no plural nos leva a reconhecer mais uma vez que outros aspectos condicionam estas distinções e que estas impactam nas iniciativas de organização.

De acordo com a autora, devemos buscar um olhar mais profundo e crítico acerca da evolução dos ideais feministas a fim de não corroborar aquilo que Luc Boltanski (2005) classificou como o “novo espírito do capitalismo”. Em primeiro lugar, Fraser aponta que a segunda onda feminista foi capaz de gerar uma notável revolução cultural do mesmo modo

em que se revelou ineficiente em operar transformações estruturais. Em uma análise interessante acerca não apenas da sua contribuição, mas do feminismo como fenômeno social, a autora coloca que “que a difusão de atitudes culturais nascidas da segunda onda foi parte integrante de outra transformação social, inesperada e não intencional pelas ativistas feministas – uma transformação na organização social do capitalismo do pós-guerra.”

Para a autora, após o impulso feminista da primeira onda, as décadas seguintes se caracterizaram pela fragmentação da crítica feminista e o que, de fato, teria caracterizado a segunda onda foi o entrelaçamento a uma nova forma de capitalismo (pós-fordista, transnacional e neoliberal) e total oposição ao projeto de uma sociedade mais justa que fundamentava as primeiras críticas feministas.

Foi mera coincidência que a segunda onda do feminismo e o neoliberalismo prosperaram em conjunto? Ou havia uma afinidade eletiva perversa, subterrânea entre eles? Esta segunda possibilidade pode ser uma heresia, por certo, mas seria perigoso não investigá-la. Certamente, o surgimento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual a segunda onda do feminismo operava. As aspirações que tiveram um claro impulso emancipatório no contexto do capitalismo organizado pelo Estado assumiram um significado muito mais ambíguo na era neoliberal. (Fraser, 2009: p.23)

Destas considerações, depreende-se o quão necessário é um olhar analítico cauteloso em relação às transformações que são, atualmente, vividas pelas mulheres rurais e urbanas. Todo esse processo, que conta indubitavelmente com enormes ganhos, guarda ambiguidades que não são aspectos menores e que incidem diretamente nos arranjos econômicos e políticos. Sobre o caso brasileiro Elizabeth Souza-Lobo (2011) afirma que as conexões entre o feminismo e os movimentos populares de mulheres são contraditórias e pontuais, configurando não um movimento policlassista, mas vários movimentos de composição social diferenciada com objetivos imediatos diversos ainda que compartilhassem a mesma problemática.

Para Nancy Fraser, existem dois feminismos: um feminismo voltado para a redistribuição e outro feminismo voltado para o reconhecimento. Argumenta a autora que o primeiro se refere à questão de classe e o segundo, às questões de *status*, de valorização do que é atribuído ao feminino. Um não é o mero reflexo do outro, porém, há possibilidade de conciliação através de uma concepção de justiça “bidimensional”, que incorporaria tanto a distribuição desigual de riqueza quanto a de reconhecimento e, assim sendo, seria extensiva às

questões de “raça”, etnia, sexualidade, nacionalidade e religião. Fraser aponta uma questão fundamental a esse respeito quando acentua a impossibilidade de se passar de questões de classe para as questões de gênero e vice-versa simplesmente adicionando umas às outras: *“não é apenas uma questão de simplesmente continuar agregando, como se pudéssemos adicionar a política de redistribuição à política de reconhecimento”*. Outra referência importante neste sentido são as pesquisas de Danièle Kergoat. A autora coloca que:

É certo que os estudos feministas invocam regularmente a necessidade do cruzamento entre gênero, “raça” e classe. No entanto, o cruzamento privilegiado é entre “raça” e gênero, enquanto a referência a classe social não passa muitas vezes de uma citação obrigatória. (KERGOAT, 2010: 96)

As reflexões de Nancy Fraser a esse respeito são apropriadas a fim de problematizar o processo de construção do movimento de mulheres rurais e de construção de suas demandas, relacionando-as não apenas ao seu contexto material imediato, mas às transformações mais amplas. O simples enquadramento das lutas das mulheres rurais no espectro do movimento feminista nos mostra apenas uma face desse fenômeno, qual seja a de que elas possuem consonância com este, sofre suas influências e o influencia. No entanto, tal conexão longe de ser auto-evidente e auto-explicativa, precisa ser mais do que descrita se não quisermos nos contentar em medir eficácia a partir de pré-concepções de modernidade política.

Como já foi dito anteriormente, a explosão de diversas formas de luta das mulheres no campo na década de 80 está também associada ao movimento de resistência à intensificação da exploração e da expropriação a que estão submetidos e que se traduziu em novas estratégias e formas de expressão desse conflito. Contudo, esse é um aspecto pormenorizado quando da ênfase na associação entre estes movimentos e o movimento feminista apresentado em termos de pautas gerais ou até universais. Nesse sentido, será fundamental observar a relação entre estes movimentos de mulheres e o Estado. Por meio da análise da construção de pautas e formas privilegiadas de representação política, acreditamos poder alcançar os mecanismos que, como Souza-Lobo (2011) e Fraser (2009) tão bem apontaram, os movimentos passaram a aceitar práticas, hierarquia entre temas e representação que passaram a atender as razões de Estado.

A socióloga Carmem Diana Deere (2002), com farta produção sobre as mulheres rurais, se alinha às conclusões de Fraser quando observa os diversos movimentos de mulheres organizados em diversos países da América Latina. Suas pesquisas caminham no sentido de

resgatar a relação entre o acesso à propriedade e às decisões sobre as formas de sua utilização e os debates mais amplos sobre desigualdade de gênero. Para a autora, pensar em condições de igualdade entre os gêneros é pensar em termos de igualdade de acesso a bens, isto é, acesso a propriedade da terra e poder de decisão sobre o seu uso. De onde podemos inferir que são necessárias mudanças no acesso dessas mulheres a políticas públicas e, portanto, de um novo reconhecimento por parte dos agentes do Estado. Para Carmem Diana Deere (2002), a pouca atenção dada ao domínio material se explica pela ênfase de questões relacionadas à identidade.

Ao analisarmos os primeiros momentos de organização dos movimentos de mulheres rurais, veremos que as motivações que os impulsionam acionam dimensões diversas. Estão presentes as tensões e os conflitos historicamente construídos em torno das relações de trabalho, das formas de propriedade da terra, na divisão sexual do trabalho, na hierarquia das relações sociais de sexo e nas demandas por direitos sociais e políticos. Compreender de que forma estes conflitos estruturantes se manifestam quando da mobilização, engajamento das mulheres e a formação de cada movimento, nos indica a necessidade de ir além daquilo que é evidenciado pelos próprios movimentos e perceber os caminhos de construção, legitimação e consolidação de suas demandas. Assim como também é fundamental perceber as relações que dotam de sentido e significado suas ações e posicionamentos políticos ao longo do tempo.

Consubstancialidade e coextensividade

A partir do que foi exposto, as contribuições de Danièle Kergoat (2010) e Helena Hirata (2002) nos parece adequada, na medida em que supera lacunas que os estudos de gênero tiveram o mérito de apontar sem, contudo, conseguir ultrapassar. Para responder a estas questões, o debate em torno da superação da utilização da categoria gênero como preponderante para se tratar das relações sociais desiguais entre os sexos tem apostado em ferramentas analíticas que buscam englobar marcações múltiplas das formas de dominação. Assim, nesta pesquisa optamos pelos conceitos de *consubstancialidade* e *coextensividade*.

Segundo Kergoat (2010), no que refere-se às relações sociais de sexo, estas só podem ser compreendidas em sua coextensão com outras relações sociais. Uma categoria não se reduz à outra. Identificar processos sociais e os “nós” entre determinadas relações nos permite escapar da mera soma de situações de opressão. O problema apontado pela autora mostra como os “estudos de gênero”, ao privilegiar uma dimensão da dominação, nos impõe obstáculos para a compreensão de outros aspectos. Assim como Fraser (2009), podemos nos

interrogar sobre o aparente paradoxo entre o significativo aumento da visibilidade para os conflitos de gênero nas esferas privada e pública, as formas de denúncia, leis que se destinam a esta forma de violência e, ao mesmo tempo a persistência e até intensificação da divisão sexual do trabalho e de um preocupante aumento da violência.⁷ Contudo, tal paradoxo só se sustenta a partir de um olhar que segmenta relações sociais e as isola.

A busca por novos instrumentos de análise é fundamental para compreendermos de forma mais abrangente as dimensões presentes nos movimentos de mulheres e que abrangem aspectos da divisão social e sexual do trabalho, de classe e às formas de resistência. Nestes termos, os conceitos de *consustancialidade* e *coextensividade* rompem com paradigmas que respondem a essa complexidade a partir da utilização de noções como articulação, imbricação, adição, intersecção e multiposicionalidade. Kergoat (2010) postula que toda relação social é uma relação conflituosa. Ao dizer que as relações são consustanciais e coextensivas, a autora afirma que elas formam um “nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica e, ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente”.

É nesse sentido que as noções de *consustancialidade* e *coextensividade* nos parecem pertinentes para a compreensão do universo dessas mulheres que são também trabalhadoras rurais, agricultoras, camponesas. Ainda que a dimensão da divisão social e sexual do trabalho não seja o foco desta pesquisa, compreendemos que é fundamental conseguir alçá-la a outro patamar, superando a visão dicotômica que depreende desta condição a ação política.

Pensar em termos de *coextensividade* nos permite ampliar o conceito de trabalho (trabalho doméstico, trabalho não-remunerado, trabalho informal) e isso nos parece importante na medida em que esta categoria é fundamental para compreendermos as múltiplas experiências das mulheres rurais. Chamamos atenção aqui para a impossibilidade de não observância dos impactos que a divisão social e sexual do trabalho impõe às mulheres rurais. O tratamento a partir da noção de *coextensividade* nos impõe a necessidade de se tomar os conflitos de forma imbricada, isto é, relações de classe e relações de sexo não são hierarquizadas, e sim conceitos que se sobrepõem parcialmente, e não conceitos que se “recortam” ou se “articulam”. (HIRATA, 2002) De acordo com Hirata (2002), rompe-se com

⁷ Sobre estes aspectos, são reveladores os dados do Mapa da Violência contra a Mulher de 2012, os quais demonstram um aumento significativo de casos de estupro e homicídio. O Brasil hoje ocupa o 7º lugar no ranking de países com mais homicídios de mulheres num universo de 84 países. Ver em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf. A esse respeito Kergoat diz ironicamente que a conclusão é “Tudo muda, mas tudo permanece igual”. (KERGOAT, 2010) De acordo com Souza-Lobo (2011), apesar da legitimação do discurso de igualdade alcançado por estes movimentos, existe muito mais uma mudança simbólica “sufocada pelo modismo da mulher liberada” ao passo que o que se passa no mundo das mulheres “pobre e obscuras” que brigam por casa e trabalho ainda permaneceria na invisibilidade.

a representação abstrata da experiência de dominação para se observar a materialidade das contradições, os antagonismos e a heterogeneidade dentro de um grupo social.

Esta forma de construir o problema a ser investigado nega a existência de uma contradição fundamental, a partir da qual outras surgiriam e nenhuma relação social é considerada primordial. Assim, práticas sociais, relações sociais e identidade formam uma composição intra e intersistêmica, desnaturalizando as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades sem perder a dimensão concreta das relações sociais. Durante a pesquisa de mestrado que desenvolvi junto às mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco, percebi que os estudos sobre estes movimentos problematizavam teoricamente a desigualdade de gênero e a mobilização por meio da categoria “movimento social” e, ao fim, reificavam outras categorias sociológicas fundamentais como *trabalho*, *representação política* e a identidade de *trabalhadoras*.

Os processos de socialização política, conquista de direitos e os repertórios de ação

A partir do que foi exposto, consideramos que os processos de *socialização política* das mulheres rurais que se engajam em movimentos são geralmente secundarizados em prol de uma perspectiva de análise que se debruça muito mais sobre os impactos da participação no movimento em suas vidas ou ainda, a eficácia de cada organização no que se refere à conquistas de *direitos*, vistos de forma segmentada em referência apenas à posição anterior do grupo em questão. Subtrai-se tanto a análise mais complexa em que essas lutas se desenvolvem em prol de uma perspectiva normativa e subtrai-se a análise da sua trajetória de forma situada em um contexto que extrapole o movimento em si.

Distanciando-nos de toda e qualquer teleologia, chamamos a atenção para a necessidade de se analisar as formas de *socialização política* dessas mulheres, compreendendo os seus itinerários no processo de engajamento na construção do movimento. Itinerários que devem ser observados em sua multiplicidade, problematizando a adesão a uma concepção de política e a construção de sua legitimidade. Tais formas são distintas e incidem nas trajetórias e posicionamentos das mulheres rurais e de seus movimentos uma vez que consideramos que é na rede de relações estabelecidas entre diversas iniciativas, naquele contexto político específico, que encontraremos uma chave de explicação sociológica que nos aponte as semelhanças com outros movimentos de mulheres rurais – em termos de pautas amplas – e, sobretudo, suas particularidades naquilo que remete às formas de condução

política da organização que, como vimos anteriormente, guarda significativas distinções em relação a outros movimentos.

A abordagem que opta pelo caminho da socialização política como forma de compreensão desse processo de organização das mulheres rurais não é comum⁸. As trajetórias das mulheres estão sempre presentes, porém, sem que se atente para a *socialização política*. Em suas trajetórias individuais geralmente se ressalta os aspectos que se aliam às demandas que justificam a existência do movimento: a sua histórica exclusão dos espaços de representação política, a dominação masculina e a percepção de que o movimento é um instrumento de conquistas de direitos. Contudo, se estas variáveis bastassem para explicar tais movimentos, observaríamos muito mais homogeneidade e não é o que ocorre.

Como assinala Souza-Lobo (2011), trata-se de analisar a forma histórica dos modos de existência política destas mulheres. Parte significativa dos estudos dedicados às mulheres rurais tem se pautado por uma perspectiva que aponta para um processo de ampliação democrática. Obviamente, se traçarmos uma comparação histórica, presenciemos um período onde as mulheres ocupam espaços antes dificilmente atingíveis. No entanto, ao contrário de uma positivação à priori, cabe ao cientista social perceber as relações e os significados que subjazem a esse processo.

Portanto, situamos os conflitos de gênero em uma rede complexa, expressa nas decisões e discussões políticas dos encontros e congressos, mas também pelas trajetórias individuais das mulheres que participam e pela forma como vivencia o processo de organização política do campesinato.

Referências bibliográficas

BORDALO, Caroline A. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. Dissertação de mestrado. CPDA UFRRJ, 2011.

_____. *Sindicalismo rural e movimentos sociais: um estudo a partir do processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas*. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFF, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRINGEL, Breno. ECHART, Enara. *Movimentos Sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras"*. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

CAPPELIN, Paola. *Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas*. Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1994.

⁸ Os estudos de Cappellin (1994, 1987) são singulares nesse aspecto.

- _____. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986*. UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.
- CARNEIRO, M. J. *Mulheres no campo: notas sobre a participação política e a condição de gênero*. Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, 1994.
- CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da Reforma agrária*. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.
- DEERE, Carmem Diana. *Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais na reforma agrária brasileira*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- FRASER, Nancy. *O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009
- GASPARETO, Sirlei A. K. MENEZES, Marilda A. *As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina*. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.139-156.
- HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1981.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes. 2001.
- KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. Novos estudos. - CEBRAP Nº 86 São Paulo Mar. 2010.
- PAULILO, Maria Ignez Paulilo. *Movimento de Mulheres agricultoras: terra e matrimônio*. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 21, Junho 2000.
- _____. *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- _____. PAULILO, Maria Ignez. *Movimentos de mulheres agricultoras e empoderamento no Brasil*. (2007). Mimeo.
- _____. *Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt*. Mimeo.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.
- _____. *A cidadã paradoxal*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SALES, Celecina de Maria Veras. *Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.
- SALVARO, Giovana Ilka. LAGO, Mara Coelho de S. WOLFF, Cristina S. *Mulheres agricultoras e mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades*. 2010: Psicologia & Sociedade, 25(1), 79-89.
- SANTOS, Roselí Alves. *A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná*. Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.
- SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. Recife: mimeo. 1991
- SIQUEIRA, Deis e BANDEIRA, Lourdes. *Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro*. Brasília: Série Sociológica Nº 153, 1998.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. "O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. BIB, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 7-16, 1." sem estre de 1991.
São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
SHAAF, Alie Van Der. *Jeito de mulher rural: a luta por direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442.